

Globalização e Cidadania Democrática

Chantal Mouffe

Professor *Chantal Mouffe*, *Quintin Hogg Research Fellow no Center for the Study of Democracy, University of Westminster*, Londres. Traduzido por Katya Kozicki, Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFPR e Professora Titular da PUCPR.

SUMÁRIO

As imperfeições do modelo dominante; Poder e antagonismo; Um modelo de democracia agonista; Um novo projeto democrático; Qual unidade para um autogoverno democrático?

I principal argumento que desejo apresentar nesta conferência é o de que o tipo de teoria política democrática que temos hoje não é capaz de conceber uma forma de política democrática adequada para esta era globalizada, pós guerra fria. Este é o motivo pelo qual considero ser necessário desenvolver um novo modelo, um modelo ao qual chamo de “pluralismo agonista” e sobre o qual gostaria de apresentar algumas reflexões.

As imperfeições do modelo dominante

As sociedades democráticas estão, hoje, enfrentando um desafio em relação ao qual elas estão mal preparadas para responder. Longe de ter levado a uma suave transição para a democracia pluralista, o colapso do comunismo abriu caminho para uma explosão de conflitos étnicos, religiosos e nacionalistas, para os quais os liberais não conseguem atribuir nenhum sentido. Na visão destes, os antagonismos pertencem a uma era remota, uma era pré-moderna, onde as paixões ainda não haviam

sido eliminadas pelo “doce comércio” e substituídas pela dominação racional dos interesses e a generalização de identidades “pós-convencionais”. Daqui decorre a dificuldade dos pensadores liberais em compreender a corrente proliferação de particularidades e a nova emergência de antagonismos supostamente “arcaicos”.

Seria um erro ver esta situação meramente como um problema temporário, prestes a ser superado pelo progresso na pesquisa empírica. De fato, pode-se argumentar que é a própria estrutura da abordagem dominante na teoria democrática liberal que impossibilita o entendimento da presente conjuntura. Caracterizada, como ela é, pelo racionalismo, individualismo e universalismo abstrato, este tipo de teoria necessariamente resta cega à natureza do político e à ineradicabilidade do antagonismo. Para sermos claros, o termo “política(o)” vem se tornando cada vez mais presente na filosofia liberal, mas o domínio do político é sempre concebido a partir de uma perspectiva individualista e racionalista, a qual reduz este espaço ao domínio da ética ou da economia. Como consequência, a dinâmica da constituição dos sujeitos coletivos e o papel fundamental desempenhado pelas paixões e os antagonismos neste campo não conseguem ser apreendidos. Aqui reside a explicação para a impotência da maior parte dos liberais em providenciar respostas adequadas para os atuais problemas.

De acordo com este cenário, os atores políticos são vistos como indivíduos racionais direcionados somente para a obtenção de vantagens para si mesmos e

agindo, na melhor das hipóteses, dentro dos limites da moralidade. As paixões são retiradas do campo da política, o qual é reduzido a um campo neutro de interesses que competem entre si. Através da negação do antagonismo, esta perspectiva fecha a possibilidade de captar a dinâmica das suas possíveis formas de emergência. Não é de se estranhar que, quando confrontados com os antagonismos que eles constantemente negam, os teóricos liberais os vejam como um retorno ao “arcaico”.

Este tipo de racionalismo tem sempre constituído um obstáculo à compreensão da natureza do político na sua dimensão de conflito (*antagonistic dimension*). Entretanto, na atual conjuntura, as deficiências desta concepção racionalista se tornam mais evidentes do que nunca. As profundas transformações que vêm ocorrendo em virtude do processo de globalização exigem um entendimento adequado do modo pelo qual se constituem as identidades políticas coletivas e das possíveis formas de emergência dos antagonismos, dentro de uma variedade de relações sociais. De fato, é fundamental dar-se conta de que o político não é algo que tem uma localização específica, determinada, na sociedade e que todos os tipos de relações sociais podem tornar-se palco de conflitos políticos.

Poder e antagonismo

O que está realmente em questão hoje é a necessidade de reconhecer a dimensão do poder e do antagonismo e seu caráter ineradicável. Ao postular a existência de uma esfera pública na qual o poder e o antagonismo teriam sido eliminados e na

qual um consenso racional teria sido obtido, o modelo dominante na política democrática acaba por negar a dimensão do poder e do conflito e o papel central que ela desempenha na formação das identidades coletivas.

Ao contrário, esta questão do poder e do antagonismo está precisamente no centro da abordagem que desejo desenvolver e cujas bases teóricas foram delineadas no livro *Hegemony and Socialist Strategy*.¹ O que se buscou neste livro foi captar todas as consequências que a inerradicabilidade do poder e do antagonismo poderiam ter para uma concepção democrática radical e também tornar claro o fato de que a emancipação do sujeito nunca será total mas sempre parcial. Isto significa que a sociedade democrática não mais pode ser concebida como uma sociedade que teria realizado o sonho da perfeita harmonia ou transparência. Seu caráter democrático só pode ser dado pelo fato de que nenhum ator social, isoladamente, pode atribuir a si mesmo uma representação do todo, no sentido de ter o “domínio” da fundação. A tese central deste livro é que toda objetividade social é constituída através de atos de poder. Isto implica que toda objetividade social é, ao final, política, e que esta deve tornar claros os traços de exclusão que governam sua constituição. O ponto de convergência entre objetividade e poder é precisamente o que nós denominamos “hegemonia”.

Esta maneira de colocar o problema revela que o poder não deve ser concebido como uma relação externa, a qual teria lu-

gar entre duas identidades pré-constituídas, mas antes como constituidor destas mesmas relações. A prática política em uma sociedade democrática não consiste em defender os direitos de identidades pré-constituídas, mas consiste antes em constituir estas mesmas identidades em um terreno precário e sempre vulnerável.

A perspectiva que estou defendendo envolve um deslocamento das relações tradicionais entre democracia e poder. De acordo com a versão habermasiana acerca da democracia deliberativa, quanto mais democrática fosse a sociedade, menos o poder seria constitutivo das relações sociais. Mas se nós aceitarmos que as relações de poder são constitutivas do social, a principal questão já não seria como eliminar o poder, e sim como constituir formas de poder que sejam compatíveis com os valores democráticos. Reconhecer a existência de relações de poder e a necessidade de sua transformação, ao mesmo tempo em que se renuncia à ilusão de que podemos nos libertar por completo do poder, constituem, pois, a especificidade do projeto de “democracia radical e plural” delineado no livro *Hegemony and Socialist Strategy*.

Outro ponto característico de nossa teoria diz respeito à questão da desuniversalização dos sujeitos políticos. Nós tentamos romper com todas as formas de essencialismo. Não somente o essencialismo que perpassa, em grande medida, as categorias básicas da moderna sociologia e do pensamento liberal – de acordo com o qual toda identidade social é perfei-

1 LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics*. London, 1985.

tamente definida no processo histórico de revelação do ser – mas também o que se lhe opõe diametralmente: uma extremada fragmentação pós-moderna do social, a qual se recusa a dar aos fragmentos deste qualquer tipo de identidade relacional. Enfatizando exclusivamente a heterogeneidade e a incomensurabilidade, tal visão nos impede de reconhecer como certas diferenças são construídas como relações de subordinação e deveriam, desta forma, ser desafiadas por uma política democrática radical.

Um modelo de democracia agonista

As teses acima mencionadas trazem inúmeras consequências para a política democrática. Elas nos dão o suporte teórico necessário para formular um modelo alternativo de democracia ao qual venho chamando de “pluralismo agonista”.

Para explicitar as bases desta visão alternativa, proponho uma distinção entre “o político” e “política”. Por “o político”, refiro-me à dimensão de antagonismo inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo este que pode tomar diferentes formas e emerge em diversas formas de relações sociais. “Política”, por outro lado, se refere ao conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas porque são afetadas pela dimensão do “político”.

É somente quando reconhecermos esta dimensão do “político” e entendermos que a “política” consiste na domesticação

da hostilidade e em tentar neutralizar o antagonismo potencial que existe nas relações humanas que poderemos colocar as questões fundamentais para a política democrática. Esta questão, a despeito do que pensam os racionalistas, não é como chegar a um consenso racional obtido sem exclusão, o que, com certeza, seria impossível. A política objetiva a criação da unidade em um contexto de conflito e diversidade; ela está sempre se ocupando da criação de um “nós” através da determinação de um “eles”. A novidade da política democrática não é superar esta distinção entre “nós/eles” mas estabelecê-la de uma diferente maneira. O ponto crucial aqui é como estabelecer esta discriminação entre “nós/eles” de uma maneira que esta venha a ser compatível com a democracia pluralista.

No reino da política isto pressupõe que o “outro” não mais seja visto como um inimigo a ser destruído, mas como um adversário, isto é, alguém cujas idéias nós questionamos mas cujo direito em defender tais idéias não é colocado em questão. Entretanto, esta categoria do adversário não elimina o antagonismo e deve ser diferenciada da noção liberal de competidor, com a qual é às vezes confundida. Um adversário é um inimigo legítimo, um inimigo com quem nós comungamos a adesão aos mesmos princípios ético-políticos da democracia. Mas o desacordo referente ao significado e implementação destes (princípios) não é do tipo que se possa resolver através da deliberação e discussão racional e daqui decorre o elemento antagônico da relação. Para se chegar à aceitação da posição do adversário, é necessário processar uma mudança radical na identidade política;

seria mais uma espécie de conversão do que de persuasão racional (dentro da mesma noção que THOMAS KUHN colocou que a adesão a um novo paradigma científico requer um tipo de conversão). Com certeza compromissos são possíveis, eles fazem parte do processo político. Mas eles devem ser vistos como temporários dentro de uma constante confrontação.

Daqui decorre a importância de se distinguir entre dois tipos de relações políticas: uma de antagonismo entre inimigos, e uma de agonismo entre adversários. Nós podemos dizer que o objetivo da política democrática é transformar o antagonismo em agonismo. Isto tem importantes consequências para a forma pela qual nós encaramos a política. Contrariamente ao modelo da “democracia deliberativa”, o modelo do “pluralismo agonista”, que estou advogando, afirma como tarefa primeira da democracia não a eliminação das paixões e também não o seu afastamento para a esfera privada, de modo que o consenso racional pudesse ser obtido, mas mobilizar estas paixões em direção à promoção de metas democráticas. Longe de ameaçar a democracia, a confrontação agonista é a própria condição de sua existência.

Negar que seria em algum momento possível um processo público de deliberação livre e sem restrições em relação a problemas comuns é uma tarefa crucial para a política democrática. Quando nós aceitamos que todo consenso existe como resultado de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre implica alguma forma de exclusão, nós podemos começar a visualizar a esfera pública democrática em uma diferente perspectiva.

A especificidade da democracia moderna repousa no reconhecimento e legitimação do conflito e na recusa em suprimi-lo através da imposição de uma ordem autoritária. Rompendo com a representação simbólica da sociedade como um corpo orgânico – o qual é característico de uma forma holística de organização social – a sociedade democrática cria espaço para a expressão de valores e interesses conflitantes. É claro que a democracia pluralista demanda um certo consenso, mas este consenso deve referir-se apenas a alguns princípios ético-políticos. Mas, uma vez que estes princípios ético-políticos podem existir somente através de diferentes e conflitantes interpretações, este consenso está fadado a ser sempre um “consenso conflituoso”. Por isto a democracia pluralista necessita criar espaço para o dissenso e criar instituições através das quais este possa se manifestar. Sua sobrevivência depende de identidades coletivas formadas em torno de posições claramente delineadas, bem como da possibilidade de escolher entre alternativas reais. Emprestando um termo da teoria dos sistemas, nós podemos dizer que a política pluralista pode ser concebida como um “jogo misto”, isto é, parte colaborativo e parte conflituoso e não como um jogo completamente colaborativo, como os liberais o conceberiam. Quando a dinâmica agonista do sistema pluralista é impedida, em razão da falta de identidades democráticas com as quais o indivíduo possa identificar-se, existe um risco real de que haja a multiplicação de confrontos relacionados a identidades vistas em uma perspectiva essencialista e valores morais não-negoziáveis.

Isto revela o porquê de uma perspectiva que explice a impossibilidade de estabelecer um consenso sem exclusão ser tão importante para a política democrática. Nos advertindo acerca da ilusão de que a democracia possa algum dia ser realizada, nos força a manter a confrontação democrática viva. Uma perspectiva agonista da democracia reconhece a real natureza de suas fronteiras e também as formas de exclusão que ela contém, ao invés de tentar disfarçá-las sob o véu da racionalidade ou da moralidade. Estando consciente do fato de que a diferença é condição de possibilidade para constituir unidade e totalidade, ao mesmo tempo em que gera seus limites, esta perspectiva agonista pode contribuir para subverter a sempre presente tentação que existe nas sociedades democráticas para tornar suas fronteiras algo “natural” e suas identidades algo “essencial”. Desta forma, ela será muito mais receptiva à multiplicidade de vozes que uma sociedade pluralista contém – e à complexidade da estrutura de poder que esta rede de diferenças implica – do que o modelo da democracia deliberativa.

Um novo projeto democrático

Conceber a moderna democracia como uma forma de pluralismo agonista traz importantes consequências para a política. Uma vez que seja reconhecido que este tipo de confrontação agonista constitui a especificidade da democracia pluralista, nós podemos entender por que esta democracia requer a criação de identidades coletivas ao redor de posições diferenciadas bem como a possibilidade de escolha entre al-

ternativas reais. Esta é precisamente a função da distinção entre esquerda/direita. A oposição esquerda/direita é o caminho através do qual o conflito legítimo ganha forma e é institucionalizado. Se esta estrutura não existe ou é enfraquecida, o processo de transformação do antagonismo em agonismo é obstado e isto pode ter consequências terríveis para a democracia. Este é o motivo pelo qual discursos sobre o “fim da política” ou a necessidade de ir além da esquerda/direita, em prol de uma terceira via, devem ser recusados. A distinção esquerda/direita não deve ser abandonada mas reformulada, para que ela possa levar em consideração as transformações das identidades coletivas resultantes do processo de globalização.

Existe hoje uma necessidade urgente de reestabelecer a centralidade da política e isto requer o esboço de novas fronteiras políticas capazes de dar um real impulso à democracia. Um dos principais desafios para a política democrática é começar oferecendo uma alternativa ao neoliberalismo. É a atual e não desafiada hegemonia do neoliberalismo que explica o porquê da esquerda ser incapaz de formular um projeto alternativo viável. A costumeira justificação para o dogma “não tem alternativa” é a globalização. É verdade que o freqüente argumento ensaiado contra alguns tipos de políticas social-democráticas redistributivas é o de que os rígidos limites fiscais que atingem os governos são hoje a única realidade possível em um mundo onde os eleitores se recusam a pagar mais taxas e onde o mercado global não permite nenhum desvio da ortodoxia neoliberal. Este tipo de argumen-

to toma como pressuposto o terreno ideológico que vem sendo estabelecido como resultado de anos de hegemonia neoliberal e transforma o que é um estado de coisas conjuntural em uma necessidade histórica. Aqui, como em várias outras situações, o mantra da globalização é invocado para justificar o *status quo* e reforçar o poder das grandes corporações transnacionais.

Quando isto é apresentado como dirigido exclusivamente pela revolução da informação, a globalização é separada de sua dimensão política e aparece como um fato ao qual todos nós temos que nos submeter. Aqui é precisamente onde nossa crítica deve iniciar. Escrutinando esta concepção, ANDRÉ GORZ argumentou que, ao invés de ser vista como consequência da revolução tecnológica, o processo de globalização deve ser entendido como um movimento do capital para providenciar o que era uma necessária resposta política à “crise de governabilidade” dos anos setenta.² Na sua visão, a crise do modelo fordista de desenvolvimento levou ao divórcio entre os interesses do capital e os interesses do Estado-nação. O espaço da política dissociou-se do espaço da economia. É claro que o fenômeno da globalização tornou-se possível pelas novas formas de tecnologia. Mas esta revolução tecnológica requereu, para a sua implantação, uma profunda transformação nas relações de poder entre grupos sociais e entre corporações capitalistas e o Estado. O movimento político foi um movimento fundamental. O resultado é que hoje as corporações ganharam uma

espécie de extraterritorialidade. Eles conseguiram se emancipar do poder político e aparecem como o real espaço (*locus*) da soberania.

Revelando as estratégias de poder que informaram o processo de globalização, a perspectiva de GORZ nos permite ver a possibilidade de uma contra-estratégia. Claro que seria fútil simplesmente recusar a globalização ou tentar resistir a ela no contexto do Estado-nação. Somente opondo ao poder do capital transnacional outra globalização, informada por um projeto político diferente, é que poderemos ter uma chance de resistir com sucesso ao neoliberalismo. Começar a conceber tal alternativa é a mais urgente tarefa que a esquerda tem que encarar hoje. Em verdade, esta é a pré-condição para a revitalização da esfera pública democrática que um modelo de democracia agonista requer.

É claro que tal alternativa para o neoliberalismo não pode consistir somente em um retorno ao modelo social-democrático keynesiano com todos os seus problemas. A luta pela igualdade, que está no centro da social-democracia, deve ser vista de um modo mais amplo, levando-se em consideração a multiplicidade das relações sociais que envolvem desigualdades, as quais devem ser combatidas. Em verdade, as deficiências da tradicional social-democracia são devidas à falta de entendimento das formas de subordinação cuja natureza não é exclusivamente econômica. Por isto a emergência de novos movimentos sociais foi um momento definidor na crise do mo-

2 GORZ, André. *Misères du présent, richesse du possible*. Galilée, Paris, 1997.

delo social-democrata. Em vários países a direita foi capaz de tomar vantagem desta crise para mobilizar suporte para o advento neoliberal contra o Estado do bem-estar. O que se requer hoje é uma forma de política “democrática pós-social”, mas com a condição de que esta não signifique um regresso atrás da social-democracia, para alguma forma de democracia liberal pré-social. E este é precisamente o tipo de movimento por detrás da lógica de muitas políticas advogadas como a “terceira via”.

Qual unidade para um autogoverno democrático?

A atual situação coloca uma nova série de questões que não podem ser encaradas ao nível do Estado-nação, mas somente em um contexto mais amplo. Mas com certeza este contexto mais amplo não pode ser coextensivo com o planeta inteiro. O governo democrático requer a existência de unidades onde a soberania popular pode ser exercida e isto implica fronteiras. É uma perigosa ilusão imaginar a possibilidade de uma cidadania cosmopolita, que seria baseada exclusivamente em uma idéia abstrata de humanidade. A democracia é impensável sem a delimitação de um *demos*. Daqui a importância de estabelecer as condições para um efetivo autogoverno democrático. Estas unidades precisam ser idênticas ao Estado-nação e existe muito a questionar acerca da coexistência de pequenas e grandes unidades, de acordo com os tipos de problemas que precisam ser encarados e o tipo de questões a ser resolvido. A globalização, de acordo com tal perspectiva, é melhor concebida em termos de uma

dupla regionalização, isto é, em um nível a formação de um número de unidades regionais de diversas nações-estado, unidades que seriam elas mesmas compostas por sub-regiões compostas por partes de várias nações-estado. Esta nova forma de pluralismo poderia fortalecer em muito a capacidade para a participação popular nas decisões concernentes à forma da associação política e à natureza da cidadania.

É neste contexto que encontro diversas tentativas de elaborar uma nova concepção de federalismo particularmente interessante. Por exemplo, algumas propostas que vêm sendo feitas nesta direção por MASSIMO CACCIARI, o prefeito de Veneza, que argumenta que nós precisamos hoje de uma revolução copernicana, a qual desestruturaria radicalmente o centralizador, autoritário e burocrático aparelho do tradicional Estado-nação. De acordo com ele, o Estado moderno vem sendo deixado de lado em consequência de dois tipos de movimentos: um micronacional, outro supranacional; de uma parte, a partir de dentro, sob a pressão de movimentos regionalistas ou tribais; de outra parte, a partir de fora, como consequência do incremento de poderes e instituições supranacionais e do crescente poder do mundo financeiro e das corporações transnacionais. Ele vê o federalismo como a resposta para tal situação; um federalismo que reconheceria a identidade específica de cada região, de diferentes cidades, não separando umas das outras mas, ao contrário, para estabelecer as condições de uma autonomia concebida e organizada nos moldes de múltiplas relações de troca entre estas regiões e estas cidades.

Este federalismo iria combinar solidariedade e competição e iria constituir uma forma de autonomia exercida em sistemas que são integrados de uma forma conflituosa.³

Se nós queremos impedir as consequências da globalização no sentido de impor um único modelo homogêneo de organização da sociedade, é urgente imaginar novas formas de associação nas quais o pluralismo poderia florescer e onde a capacidade de participação popular pudesse ser fortalecida, e isto é o motivo de eu considerar esta nova visão do federalismo tão sugestiva. Permitindo-nos conceber novas

formas de solidariedade baseadas no reconhecimento da interdependência, ela poderia prover uma das idéias centrais em torno das quais as forças democráticas podem ser organizadas e isto daria vida à luta pelo conflito agonista que venho defendendo aqui. Contra as ilusões antipolíticas de um governo mundial cosmopolita, e contra a estérile e fálica fixação no Estado-nação, a redescoberta e reformulação do ideal do federalismo representam, em minha opinião, um promissor modo de encarar os desafios que confrontam a democracia no século vinte e um.

3 Algumas destas idéias podem ser encontradas no documento *Towards a New Federalism*, que CACCIARI escreveu para uma discussão política na Itália. Uma versão em francês foi publicada em *Krisis*, nº 22, mar./99.